



SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
Conselho Gestor do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado do
Espírito Santo

40ª Reunião Extraordinária

Aos vinte e três (23) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), às dez horas (10h00), em reunião presencial no Palácio da Fonte Grande, reuniu-se o Conselho Gestor do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado do Espírito Santo – CGPPI/ES, presidida pelo **Presidente do CGPPI/ES**, Rogério Muniz Salume. Presentes os Conselheiros Titulares: **Secretaria de Gestão e Recursos Humanos – SEGER**: Marcelo Calmon. Conselheiros Suplentes: **Secretaria de Estado de Economia e Planejamento**: Adriano Rasseli; **Secretaria de Estado de Governo – SEG**: Pedro Caçador Neto. Demais presentes: Lívio Oliveira Ramalho (Subprocurador para Assuntos Jurídicos da PGE); Rafael Rodrigo Pacheco (Secretário da SEJUS); Alexandre Gebara (Gerente SEFAZ); Filipe Lube (Subsecretário SEJUS); Lígia Lucena Lima (SEJUS); Juliano Almeida, Estevão Eller, Karine Martins da Costa Pulling, Bernardo Beltrão e Gustavo Maciel (FGV); Charles Dias de Almeida (Subsecretário de Administração Geral da SEGER); Rodrigo Garcia (SEGER); Raphael Trés da Hora (SEGER); Claudio Toribio Saade (Subsecretário de Parcerias e Polos da SEDES); Barbara Attademo Gonçalves (CPPI/SEDES); Maria Mancini (CPPI/SEDES) e Simone Lemos Vieira (Coordenadora do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI/ES). **Aberta a sessão**, após confirmação do **quórum**, a reunião teve início pela leitura da pauta, previamente informada: **1) Apresentação dos Estudos PPP Presídios, com ênfase na modelagem econômico-financeira, especialmente acerca dos cenários de aporte ao CAPEX, bem como a garantia a ser prestada pelo Poder Concedente, utilizando o FGP/ES; 2) Prorrogação do contrato da PPP Faça Fácil – validação da constituição da Comissão de Acompanhamento do Reequilíbrio Contratual – Resolução nº 39 CGPPI e exposição de motivos sobre a prorrogação contratual.** A coordenadora do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado deu as boas-vindas aos presentes e passou ao primeiro ponto de pauta. Foi dada a palavra ao coordenador de projetos da FGV, Juliano Almeida, que iniciou a apresentação do projeto PPP Presídios com a apresentação dos aspectos gerais da modelagem, informando que o objeto contratado foi a estruturação de Parceria Público-Privada (PPP) na modalidade concessão administrativa para realizar a construção, estruturação, manutenção e apoio à operação, excluindo os serviços de segurança pública, em unidades prisionais no sistema penitenciário do Espírito Santo e que a apresentação irá abordar a visão geral do projeto, estudos de engenharia, operação, econômico-financeiro, aporte e garantias. Enfatizou que serão 03(três) unidades prisionais (UP's), sendo 01(uma) de segurança máxima em Viana, com 1.000 vagas; 02(duas) em Linhares, sendo 01(uma) em regime semiaberto, com 600 vagas e



SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
Conselho Gestor do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado do
Espírito Santo

40ª Reunião Extraordinária

01(uma) em regime de segurança Máxima, com 800 vagas, totalizando 2.400
40 (duas mil e quatrocentas) vagas. Dito isso, Bernardo, consultor da FGV, fez a
apresentação dos estudos de engenharia, modelado em 05 etapas: 1) Análise e
concepção (considerando riscos e passivos ambientais e características das
áreas do projeto); 2) Premissas para implantação das UP's (estrutura de módulos
e definições do regime e nomenclaturas das UPs); 3) Premissas de engenharia
45 (estudos arquitetônicos e concepção arquitetônica por unidade e tecnologias
sugeridas); 4) Premissas de investimentos (custo por vaga e por metro quadrado
e projeções de valores por etapas e tecnologias); e 5) Programa de intervenções
(cronograma físico-financeiro). Destacou que quanto à concepção da unidade de
50 Viana a mesma será implantada em uma área consolidada, com outras unidades
já em funcionamento, com definição no Plano Diretor e boa infraestrutura de
mobilidade. Com relação à Linhares, informou existir uma estrada de terra, sendo
uma área rural, mas que a intenção é promover melhorias, destacando que nessa
mesma área também está sendo elaborado projeto pelo BID. No tocante à
55 concepção arquitetônica, salientou que as unidades prisionais foram projetadas
para contemplarem oficinas visando ao processo de ressocialização dos detentos,
na medida em que as empresas poderão contratar mão de obra carcerária;
informou que foi utilizado o caso de sucesso que o Estado tem em Cariacica,
incorporando melhorias pontuais. Quanto às tecnologias construtivas, disse que
60 serão construções sólidas para otimizar a eficiência operacional, segurança física,
durabilidade de uso e menor deslocamento do funcionário dentro das unidades
(logística interna), sendo pautada em uma infraestrutura moderna, segura e
eficiente. Na mesma linha de raciocínio serão empregadas tecnologias
operacionais, como reconhecimento facial, câmeras térmicas, *scanners* (controle
de acesso), sensores sísmicos e rastreamento em tempo real. Finalizou a exposição
65 destacando que a tecnologia associada à gestão prisional traz benefícios e reduz
custos. Com a palavra, o consultor da FGV Estevão Eller apresentou os aspectos
econômicos do projeto, como: (i) Operação – estimativa dos custos operacionais
por unidade; custos diretos, associados a operação de cada unidade; (ii) Serviços
de OPEX: alimentação, monitoria, vigilância, saúde, dentre outros, informando
70 que o serviço de saúde, seguido do de alimentação têm os custos mais elevados;
(iii) Resultados econômicos financeiros do projeto (cenário base). No cenário de
aporte direcionado aos investimentos iniciais enfatizou que o mesmo é um
instrumento que auxilia bastante o projeto devido ao alto investimento inicial,
proporcionando maior atratividade e maior segurança junto às entidades
75 financiadoras. Isso reflete em contraprestações menores para o poder
concedente, além de não impactar em alguns indicadores, favorecendo a



SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
Conselho Gestor do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado do
Espírito Santo

40ª Reunião Extraordinária

avaliação fiscal e trazendo benefícios fiscais na contabilidade pública do Estado. Finalizou que com o aporte do Estado o concessionário precisará de menor valor de financiamento, o que melhora a atratividade do projeto, além disso, sinaliza para o mercado o compromisso do Estado com a PPP. O Presidente do CGPPI, Rogério Salume ponderou que o projeto está tendendo a ir para um modelo com aporte, mas questionou como isso se daria num cenário que o aporte não seja uma decisão da concessionária, em que o Estevão ponderou que, nesse caso, a tendência é que concessionário ofereça um desconto da contraprestação no momento do leilão. Finalizada a apresentação da modelagem econômica foi conferida a palavra à advogada Karine que destacou que a garantia do projeto é um ponto importante e que vai determinar o interesse dos “players”. Explicou que a garantia é um “colchão” de dinheiro que fica reservado caso o Estado não pague a contraprestação e a forma como o Estado vai ofertar essa garantia é de fundamental importância. Apresentou o fluxo de pagamento e acionamento da garantia. Destacou que durante a modelagem 03 (três) cenários de aporte foram apresentados, tendo sido determinado em reuniões da SEDES, juntamente com a SEFAZ, que o Fundo Garantidor de Parcerias – FGP/ES será utilizado como o mecanismo de garantia. Entretanto, há que se superar a necessidade de recomposição automática, bem como a definição da quantidade de contraprestações que serão garantidas. Assim, a FGV apresentou sugestão de alteração do Decreto nº 4.443/2019 para facilitar a recomposição, além de inclusão de cláusula no instrumento contratual para mitigar o risco de não composição da garantia. Informou ainda que a integralização de cotas tem de ser feita sempre em dinheiro e que a garantia vai ser instrumentalizada por meio de um contrato de penhor entre o FGP/ES e a concessionária. Sugeriu-se nos estudos a integralização de 06 as 12 contraprestações, considerando ser um contrato longo de 30 anos, razão pela qual é necessária uma garantia sólida e com um bom fluxo de recomposição, sendo fundamental essa definição por parte do Estado. Por fim, destacou ser importante que a alteração no Decreto do FGP seja realizada antes da consulta pública, a fim de conferir maior segurança jurídica. Finalizada a apresentação pela FGV, o Secretário de Justiça, Rafael Pacheco, destacou a relação profícua do Estado com a FGV, afirmando que a PPP tem que ter a identidade capixaba. Destacou que o sistema prisional capixaba é controlado, mas passa por um momento delicado, com significativa defasagem de vagas, o que leva à necessidade urgente de construção de unidades prisionais. Solicitou à SEP, SEFAZ e PGE que quando analisarem os estudos não se atenham somente à proposição numérica, já que isso impacta diretamente as políticas de segurança pública; enfatizou que é necessário investir



SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
Conselho Gestor do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado do
Espírito Santo

40ª Reunião Extraordinária

115 no sistema prisional enquanto política de segurança pública. Esse projeto de PPP
está incluído numa visão do Estado presente, para além dos números. É
imprescindível conferir velocidade na construção dessas vagas que serão
contempladas com o projeto. Destacou que hoje na SEJUS existem 3 (três)
120 modais de construção de complexos prisionais: diretamente pelo Estado, pelo BID
e a PPP e, espera-se com isso, criar uma nova administração do sistema prisional,
não de forma linear, mas sim chegar à individualização das unidades prisionais,
para eficiência dos recursos públicos. Por fim, ressaltou que, além disso, o que
se busca é um produto atrativo para o mercado. O advogado Gustavo Maciel com
o intuito de reforçar a fala do secretário da SEJUS trouxe a informação acerca da
125 PPP prisional em Blumenau, Santa Catarina, que já está na terceira tentativa de
licitar o projeto e que agora o Governador do Estado decidiu por realizar um aporte
maior ao projeto, a fim de conferir maior atratividade. O suplente da SEP, Adriano
Rasseli, fez uma ponderação de que as 2.400 vagas que serão ofertadas com a
PPP representa 10% da população prisional que temos no Estado hoje que é de
130 25.000 (vinte e cinco mil) detentos, sendo hoje a demanda para 10.000 (dez mil)
vagas. Finalizado o primeiro ponto de pauta com a apresentação do estudos
passou-se para o segundo ponto de pauta: prorrogação do contrato faça fácil. A
coordenadora do Programa PPI/ES, Simone Lemos Vieira, explicou que foi
constituída comissão especial “*ad referendum*”, por meio da Resolução nº 39 do
135 CGPI para avaliação do reequilíbrio da prorrogação contratual e que os
conselheiros precisam validá-la. Dada a palavra ao Secretário da SEGER,
Marcelo Calmon o mesmo enfatizou que a Secretaria já está trabalhando no
término dessa PPP desde o ano passado, já que a decisão de governo foi pela
manutenção dos serviços ali prestados, pois atendem-se pessoas de toda a
140 Região Metropolitana, muito embora a grande maioria seja do Município de
Cariacica. Com base nessa diretriz, a SEGER está trabalhando com outras duas
frentes: (i) Contratação de uma *facility* para prestação de serviço, via Lei
14.133/21; (ii) O Município de Cariacica assumir esses serviços, via convênio de
cooperação, com o apoio do Estado e, considerando que o contrato de PPP
145 encerra-se em Dezembro/2025, não existindo tempo hábil para viabilizar uma das
opções acima, decidiu-se pela prorrogação do contrato da PPP pelo prazo de 24
(vinte e quatro) meses. Dito isso, foi dada a palavra ao Subsecretário da SEGER,
Charles, que informou que os estudos quanto ao reequilíbrio contratual para a
prorrogação já estão sendo feitos pela comissão especial e que antes de
150 submissão dos documentos à PGE e ao TCE é importante uma apresentação
presencial a esses órgãos de controle. Informou que os trabalhos da comissão já
estão adiantados, com a conclusão de uma primeira análise econômico-



SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
Conselho Gestor do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado do
Espírito Santo

40ª Reunião Extraordinária

financeira. Destacou que a prorrogação do contrato de PPP em detrimento das demais estratégias mostra-se mais vantajosa nesse processo e que ainda precisa ser considerada a transição dos serviços com desmobilização e nova mobilização, o que requer tempo. O Procurador do Estado, Lívio, salientou que o objetivo da PGE é trazer segurança jurídica para a prorrogação. Salientou que não existe preocupação com relação ao prazo mínimo para início dos trabalhos de prorrogação desse contrato, mas a preocupação reside em não descaracterizar, na prorrogação pretendida, que esse é um contrato de PPP, o que foi informado pelo Charles que não se está desnaturando a modelagem e que a comissão especial está tendo esse cuidado. Por fim, A coordenadora do PPI/ES, Simone Lemos Vieira, informou que o CGPPI tomou conhecimento da *Exposição de Motivos* encaminhada pela SEGER, destacando a contextualização, fundamentos contratuais, justificativa, vantajosidade da medida com a conclusão acerca da Prorrogação do Contrato de Concessão Administrativa nº 019/2013 – PPP do Faça Fácil. Por fim, os conselheiros presentes validaram a Ata CGPPI nº 39, de 26 de agosto de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado em 28 de agosto de 2025. Nada mais havendo a tratar, na presente sessão, o Presidente do Conselho encerrou os trabalhos e a presente Ata, após lida e aprovada, será assinada pelo Secretário de Estado de Desenvolvimento e demais conselheiros presentes à reunião.

Rogério Muniz Salume
Presidente do Conselho Gestor do
Programa de Parcerias de
Investimentos – CGPPI/ES

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

ROGERIO MUNIZ SALUME
SECRETARIO DE ESTADO
SEDES - SEDES - GOVES
assinado em 25/09/2025 17:52:23 -03:00

MARCELO CALMON DIAS
MEMBRO (CONSELHO GESTOR DE PARCERIAS PUBLICO-
PRIVADAS - CGP.ES)
SEGER - SEGER - GOVES
assinado em 26/09/2025 10:15:09 -03:00

ADRIANO FROSSARD RASSELLI
SUPLENTE (CONSELHO GESTOR PARCERIAS PUBLICO PRIVADAS
-CGP-ES)
SEP - SEP - GOVES
assinado em 25/09/2025 15:32:08 -03:00

PEDRO CAÇADOR NETO
MEMBRO (CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS
DE INVESTIMENTOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO)
SEDES - SEDES - GOVES
assinado em 25/09/2025 15:02:29 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 26/09/2025 10:15:09 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por SIMONE LEMOS VIEIRA (ESPECIALISTA EM POL PUB E GESTAO GOVERNAMENTAL - SEDES - SEDES - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-C6B37V>